



## FRENTE EM DEFESA DA PSICOLOGIA BRASILEIRA

# PLATAFORMA

<b>1. A FRENTE EM DEFESA DA PSICOLOGIA BRASILEIRA: por que somos uma chapa?</b>	<b>2</b>
1.1 AS RAZÕES DE UMA FRENTE AMPLA EM DEFESA DA PSICOLOGIA	2
1.2 PRINCÍPIOS QUE UNIFICAM A FRENTE EM DEFESA DA PSICOLOGIA	3
1.3 COMPROMISSOS QUE ORIENTARÃO A GESTÃO DO CONSELHO FEDERAL DA PSICOLOGIA	4
<b>2. PROPOSTAS PARA A GESTÃO DO CFP 2020-2022</b>	<b>6</b>
<b>2.1 VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO E LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES PARA O SEU EXERCÍCIO</b>	<b>6</b>
2.1.1 A Psicologia e seus múltiplos campos de atuação	7
Saúde	7
Clínica e Psicoterapia	8
Trabalho e Organizações	8
Educação	9
Assistência Social	10
Avaliação Psicológica	10
Trânsito	11
Orientação Profissional	11
Justiça	12
Ambiental	12
Comunitária	13
Esporte e do Exercício	13
Hospitalar	14
Neuropsicologia	14
2.1.2 A Psicologia e as diferentes populações	14
Povo Negro	14
Mulheres e Gênero	15
População LGBTI	15
Pessoas com Deficiência	15
2.1.3 A Psicologia e a defesa dos Direitos Humanos	16
Psicologia e Laicidade	16
Psicologia para uma Sociedade Diversa	16
Enfrentando os Processos de Medicalização e Patologização	16
<b>2.2 DEFESA DA PSICOLOGIA COMO PROFISSÃO ESTRATÉGICA PARA A SOCIEDADE</b>	<b>17</b>
<b>2.3 PSICOLOGIA FRENTE AOS GRANDES TEMAS DA SOCIEDADE</b>	<b>17</b>
<b>2.4 DIÁLOGO COM A CATEGORIA E AMPLIAÇÃO DAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO</b>	<b>18</b>
<b>2.5 FORMAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE EXERCÍCIO PROFISSIONAL</b>	<b>19</b>



# 1. A FRENTE EM DEFESA DA PSICOLOGIA BRASILEIRA: por que somos uma chapa?

## 1.1 AS RAZÕES DE UMA FRENTE AMPLA EM DEFESA DA PSICOLOGIA

A rica história da Psicologia como campo científico e profissional, no contexto brasileiro, latino-americano e global, tem uma marca dominante: o compromisso com valores humanísticos, com a superação dos problemas pessoais e sociais, e com a defesa de princípios e práticas éticos. Seus avanços no campo científico levaram ao fortalecimento de diversas subáreas organizadas em associações ou sociedades; a formação das/os psicólogas/os se expandiu e interiorizou, ampliando a possibilidade de acesso a todas/os aquelas/es que querem abraçar a Psicologia como profissão; a Pós-Graduação *stricto sensu* em Psicologia também se expandiu, abrangendo todas as subáreas de conhecimento e cobrindo praticamente todo o território nacional; por fim, avançou como campo profissional em distintos espaços de trabalho, incorporando formas de atenção a diferentes pessoas, grupos, comunidades e organizações.

Impulsionada pela resistência democrática e pela Constituição Cidadã de 1988, a Psicologia fortaleceu-se ainda como espaço de promoção de cidadania, contribuindo para importantes conquistas da sociedade brasileira, em áreas como políticas públicas e participação social, especialmente em temas como acesso a direitos, equidade e inclusão de pessoas e grupos em desigualdade social. É crescente a importância da Psicologia nos sistemas de Assistência Social, Saúde, Educação, Justiça, Esporte, Trânsito e Mobilidade Humana, Habitação e Meio Ambiente. Também crescemos em importância nas organizações e no mundo corporativo, contribuindo de diversas formas em políticas, programas e práticas voltadas a promover a saúde e a qualidade de vida da trabalhadora e do trabalhador, entre outros. A Psicologia exercida nos consultórios não ficou alheia aos avanços, angariando uma compreensão crítica sobre as pessoas atendidas e aproximando avaliações e intervenções da realidade sociocultural, o que permitiu que as práticas clínicas ampliassem sua potência de efetivação de direitos humanos. Esse conjunto de avanços teve a participação de diversos segmentos dentro da profissão, que contribuíram para a construção de uma Psicologia progressista, crítica, diversa, democrática e com forte preocupação social.

Por sua presença institucional na sociedade, a Psicologia, tem sido protagonista na crítica e na proposição de temas que estruturam a vida concreta das pessoas (como racismo, machismo, capacitismo, LGBTfobia, além das questões de gênero, etnia, saúde/doença, infâncias, juventudes, envelhecimento, entre outras). Tem também enfrentado retrocessos, ao negar-se a cancelar como ciência o que de fato são preconceitos, estigmas e discriminações. Tal atuação tem sido liderada pelo Sistema que compõe o Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais, em conjunto com entidades sindicais e um grande número de entidades científicas e profissionais.

Ainda há muito por construir, no sentido de assegurarmos o exercício profissional compatível com as demandas atuais da população. Há que se combater a precarização do trabalho da/o psicóloga/o, especialmente daquelas/es que iniciam a sua trajetória profissional, muitas vezes submetidas/os a condições de trabalho e de remuneração indignas para a qualificação que apresentam. Há que se lutar por melhorias significativas no processo de formação, hoje ocorrendo, na sua grande maioria, em faculdades isoladas que não asseguram condições de trabalho que garantam qualidade necessária para o exercício profissional após a graduação. São exemplos que mostram desafios complexos a exigir unidade de todas as entidades envolvidas, quer científicas, quer profissionais.

Nesse cenário, entre avanços e problemáticas ainda a serem superadas, próprias da Psicologia, a conjuntura política também afeta o fazer das/dos psicólogas/os e a inserção social de nossa área. O Brasil, passou por ciclos de mudança nas últimas décadas e no último ano, com a eleição para o Executivo e o Legislativo, emergiram forças conservadoras de extrema direita que trouxeram, para o centro do debate político, pautas e discursos que ameaçam o processo de construção de uma sociedade democrática e descomprometem o Estado em relação à superação da desigualdade social, afastando-o dos princípios e valores da Constituição cidadã de 1988. Essas forças atacam os avanços civilizatórios e culturais que garantem direitos civis e políticos e protegem as minorias e populações vulnerabilizadas.

Com o Manifesto Em Defesa da Psicologia Brasileira - *forte por sua ciência e profissão com ética, formação e entidades*, lançado em fevereiro de 2019, pusemos em marcha um vigoroso movimento na Psicologia brasileira que reúne as forças progressistas no interior da nossa área de conhecimento e atuação. Esse movimento materializa-se, agora, na Chapa Frente em Defesa da Psicologia Brasileira, com a qual disputamos as eleições para o Conselho Federal de Psicologia – CFP, e também em 19 chapas que concorrem aos Conselhos Regionais de Psicologia.



A Frente em Defesa da Psicologia Brasileira expressa a pluralidade de campos, de entidades e de forças políticas que atuam na profissão. Ela é composta por profissionais que fazem parte de movimentos e coletivos historicamente consolidados, como o Cuidar da Profissão, o Fortalecer, o Tempo de Diálogo, o Ética e Compromisso Social, assim como por profissionais que, mesmo não se identificando com nenhum grupo já existente, sentiram-se convocadas/os a participar mais ativamente neste processo eleitoral, dada a importância do momento que vivemos. Fazem parte da Frente pessoas representativas de entidades nacionais da Psicologia, com trajetórias expressivas na formação de graduação e Pós-Graduação e no exercício profissional. Ainda integram a Frente psicólogas/os reconhecidas/os pela atuação em temas como combate ao racismo, causa LGBTQI, feminismo, entre outros. Toda essa diversidade é costurada firmemente por princípios pautados na defesa dos Direitos Humanos, da Ciência, da Ética e do cuidado com o exercício profissional em condições dignas.

A formação da Frente tem como objetivo superar a fragmentação da Psicologia na busca um novo modelo de gestão do Conselho que, de fato, avance nas pautas da área sem, contudo, desvinculá-la do necessário reconhecimento e enfrentamento das ameaças de retrocessos presentes no momento atual. O processo iniciado em fevereiro de 2019 consolida-se, agora, na constituição da Frente como chapa. Apoiada em uma compreensão estratégica de longo prazo, a Frente tem a responsabilidade de trabalhar para ampliar as conquistas da Psicologia como profissão e ciência, bem como seus impactos para a sociedade brasileira e latino-americana. Nesse sentido, a Chapa 21 está deslançando um processo a ser construído no cotidiano das ações do Conselho, ao longo dos próximos três anos, e para o qual espera o apoio e a participação das/os profissionais da Psicologia.

## 1.2 PRINCÍPIOS QUE UNIFICAM A FRENTE EM DEFESA DA PSICOLOGIA

A Chapa 21 define sua unidade a partir de um conjunto de princípios e valores que orientam ações a serem desenvolvidas no triênio 2020-2022. Tais valores básicos constituem os alicerces que sustentam o posicionamento dos membros da chapa, orientarão as suas políticas e ações a frente do Conselho Federal de Psicologia. Em respeito à nossa história e à trajetória de conquistas obtidas nas últimas décadas, defendemos continuar a construção de uma Psicologia que:

- A. Fundamente-se no conhecimento científico e cuja prática profissional seja, também, espaço para produção de novos conhecimentos. Ciência e Prática profissional devem se realimentar continuamente, fomentando a capacidade crescente da/o psicóloga/o para compreender contextos e participar da construção conjunta de soluções para os enormes desafios que a realidade brasileira nos coloca, sem subordinar-se a sistemas de crenças pessoais ou sociais que não tenham o suporte da ciência psicológica e demais campos científicos afins.
- B. Reconheça e respeite todas as formas de diferenças humanas, a partir de uma perspectiva despatologizante, descriminalizante e não moralizadora das diferenças e singularidades, combatendo o preconceito e a discriminação de quaisquer naturezas. Respeitar a diversidade significa valorizar a capacidade de autodeterminação de cada sujeito, considerando suas condições e contextos, sem impor caminhos ou trajetórias tidas como as mais adequadas, o que inclui o respeito à liberdade de credo e as opções religiosas pessoais de cada profissional;
- C. Contribua para a construção de uma sociedade democrática e socialmente mais justa. O ideal de justiça associa-se à busca de superação das tremendas desigualdades sociais que criam cidadãos/ãos sem acesso a bens e serviços básicos. Uma sociedade mais justa busca fortalecer valores como solidariedade, fraternidade e sororidade, tão fundamentais às relações interpessoais como à vida social em geral, e assegura os direitos fundamentais a todas/os as/os cidadãos/os, o que inclui seu acesso a serviços psicológicos, quando necessários.
- D. Reconheça o caráter estrutural do racismo, que opera poderosamente na sociedade como motor de desigualdades que engendram as precárias condições de existência do povo negro, materializando-se na brutal discriminação no mundo do trabalho, nas barreiras de acesso à educação e na violação de outros direitos fundamentais, explicitando o fato de que o povo negro tem sido reiteradamente vítima preferencial da violência policial e do encarceramento.
- E. Combata as políticas públicas retrógradas acerca da proteção das mulheres contra a violência de gênero, que: reforçam estereótipos dos papéis de gênero, culpabilizam a própria mulher pela violência recebida, desqualificam os profissionais das políticas públicas como referência para acolhimento e cuidados das mulheres cis e trans vítimas de violência.
- F. Defenda um sistema educacional que desenvolva a cultura científica, as competências técnicas e a consciência cidadã, ampliando o compromisso social das/os profissionais e sua capacidade para



- G. responder com elevado rigor ético e técnico às demandas sociais. Isto significa lutar por uma educação de qualidade em todos os níveis de ensino e extensiva a toda a população.
- H. Enfrente as diferentes formas de violência de estado, como as altas taxas de violência e letalidade policial, cerceamento de direitos fundamentais e de acesso à Justiça, não garantia do devido processo legal. Todas estas situações afetam o conjunto da sociedade e mais intensamente populações em situação de risco e vulnerabilidade social, o que impacta a constituição das subjetividades pela insegurança constante frente às instituições do estado que deveriam ser a base e garantia para a cidadania.
- I. Preze a pluralidade de campos de atuação e de referenciais epistemológicos, teóricos e metodológicos, sem atribuir superioridade a quaisquer deles. É fundamental garantir à/ao psicóloga/o a liberdade de escolha e atuação de forma congruente com seus princípios e valores teórico-técnicos. O estímulo ao debate e ao diálogo construtivo entre as diversas formas de conceber o nosso objeto de estudo e de atuar frente a ele deve ser compreendido como fator fundamental para o desenvolvimento do nosso campo científico e profissional.
- J. Comprometa-se, no conjunto de suas entidades científicas e profissionais, a trabalhar para qualificação e valorização do exercício profissional; lute por condições justas e dignas de trabalho, considerando-se que estender tais condições para todos os trabalhadores é um requisito para uma sociedade mais justa e para uma vida social mais saudável. Isto nos orienta a buscar alianças com um conjunto mais amplo de trabalhadoras/es, visando à luta por melhores condições de trabalho, inclusive considerando as exigências de nosso código de ética.
- K. Seja solidária e empática frente a toda forma de sofrimento humano, colocando-se a serviço da superação de problemas que impeçam a plena realização do potencial de cada pessoa, e não se converta em instrumento de opressão, discriminação e aviltamento das pessoas, grupos, segmentos sociais e instituições.
- L. Seja exercida em todos os espaços dentro dos mais elevados padrões éticos e em estrita consonância com os direitos humanos.

### **1.3 COMPROMISSOS QUE ORIENTARÃO A GESTÃO DO CONSELHO FEDERAL DA PSICOLOGIA**

Há 25 anos, em 1994, foi realizado o 1º Congresso Nacional da Psicologia – CNP com caráter constituinte. Nele se definiu um avanço fundamental, que foi o estabelecimento das *eleições diretas* para o Conselho Federal de Psicologia. Ao longo dos anos, foram criados e aperfeiçoados outros mecanismos de gestão democrática do CFP como a Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças – APAF, o Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira – FENPB e a institucionalização dos CNPs como espaço de discussão, elaboração e definição das diretrizes orientadoras para as gestões dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal subsequentes. Essa estrutura de gestão plural, participativa e amplamente democrática mostrou-se fundamental para os avanços da Psicologia de forma articulada e com grande coesão. Estamos atentas/os ao fato de que a profissão é diversa e que, para construir suas referências, cumprindo a função dos Conselhos, é preciso aperfeiçoar e criar novas formas democráticas de participação. O Sistema Conselhos configura-se como autarquia de direito público e, portanto, sua gestão deve ser realizada com rigor e transparência. É com esse espírito que assumimos os seguintes compromissos:

- A. Manter e aprofundar os espaços democráticos que estão instituídos no Sistema Conselhos, respeitando a representatividade que foi conferida a cada Conselho Regional como expressão de legítimas expectativas da categoria. Isto significa ampliar a busca de diálogos construtivos que tenham como objetivo o crescimento, a valorização e a ampliação do impacto social da nossa profissão.
- B. Atuar a partir das deliberações do 10º Congresso Nacional da Psicologia – CNP, de forma a garantir ampla divulgação da relação entre atividades desenvolvidas pelo CFP e decisões da categoria.
- C. Trabalhar de forma cada vez mais próxima e integrada com as demais entidades da Psicologia, partindo do conjunto que hoje já integra o Fórum de Entidades da Psicologia Brasileira – FENPB. Respeitando a autonomia de cada entidade, comprometemo-nos a buscar ampliar o número de entidades vinculadas ao FENPB e a desenvolver um diálogo contínuo com cada entidade, no sentido de construir políticas e projetos específicos que impactem os diferentes segmentos do campo profissional e científico da Psicologia, reafirmando o princípio de que toda Psicologia nos interessa.
- D. Aprofundar a contribuição da Psicologia brasileira na América Latina, por meio da participação na União Latino-Americana de Entidades de Psicologia – ULAPSI, o que permite avançar no desenvolvimento de práticas profissionais em contextos de desigualdade que assolam nosso



continente, aprofundando, cada vez mais, a articulação entre saberes de nossos povos originários e a ciência psicológica.

- E. Consolidar ações e projetos que possam impactar a qualidade da formação em todos os níveis, em conjunto com as entidades que representam os cursos de graduação e Pós-Graduação (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP e Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia - ANPEPP), tornando o Conselho uma presença mais significativa no processo de formação de psicólogos, consolidando laços mais estreitos e permanentes com as entidades formadoras e suas comunidades de docentes e discentes, respeitando a autonomia das instituições formadoras.
- F. Ampliar o protagonismo das/os psicólogas/os, seja em políticas públicas, práticas liberais, mundo corporativo ou terceiro setor, consolidando as representações de seus órgãos de classe e assegurando condições para que definam coletivamente os parâmetros éticos e técnicos para o exercício profissional, a partir do respeito às demandas sociais e da necessidade de inovação de formas de atuação.
- G. Manter e aprofundar o diálogo com a sociedade, em seus diversos segmentos sociais, o que implica em nos fazer presentes nos momentos em que questões psicológicas sejam objeto de discussões públicas nas diferentes esferas. A posição sempre firme do CFP, embasada no largo corpo de conhecimento científico acumulado pela Psicologia, buscará ampliar o reconhecimento da nossa importância nos mais diversos âmbitos da vida social.
- H. Atuar junto aos demais Conselhos Profissionais, especialmente em uma conjuntura em que a própria existência desses Conselhos está sendo publicamente questionada, buscando potencializar as ações que reafirmam a relevância social na nossa existência. Comprometemo-nos a superar possíveis divergências de interesse das diferentes profissões, a fim de construirmos uma pauta comum, que busque neutralizar as ameaças que hoje pairam sobre todas as entidades.
- I. Ampliar a capacidade de o CFP gerar informações relevantes sobre o exercício profissional da Psicologia, de modo a embasar estudos, formular políticas públicas e conceber projetos relevantes para o desenvolvimento da profissão.
- J. Avançar na transparência das informações administrativas, financeiras e políticas do Sistema Conselhos, para além de apresentar informações isoladas, que não permitem o efetivo controle social da gestão. Por isso, vamos investir em tornar o portal da transparência em um instrumento que permita a articulação entre informações administrativas, financeiras e deliberações políticas definidas pela categoria no 10º. Congresso Nacional da Psicologia - CNP.
- K. Dar continuidade à política de valorização e formação continuada de trabalhadoras/es das equipes técnicas de todo o Sistema Conselhos, oferecendo atividades que considerem as especificidades do trabalho em autarquias federais e as frequentes alterações de normas e procedimentos exigidos pelos diversos órgãos de fiscalização e controle, como Ministério do Planejamento, Receita Federal, Ministério do Trabalho e Tribunal de Contas da União. Avançar na definição de critérios conjuntos, entre todo o Sistema Conselhos, para a adoção de política de descontos e isenções no valor das anuidades para recém-formadas/os.



## 2. PROPOSTAS PARA A GESTÃO DO CFP 2020-2022

As propostas de trabalho consistem em ponto de partida do que pretendemos realizar nos três anos (2019-2022) de gestão do CFP. As incertezas do momento econômico, social e político que vivemos exigirão a capacidade de lidarmos com esse conjunto de propostas de forma flexível, sem dispensar nenhum de nossos princípios e compromissos. Também o investimento em processos de participação e diálogo aberto com a categoria mobilizará novos compromissos. Essas propostas de trabalho são a matéria prima para um planejamento estratégico a ser realizado tão logo se inicie a gestão, que definirá um rol de temas e ações prioritárias que venham a ser decididas pelas próximas APAFs, em atenção às deliberações do 10º. CNP.

Para organizar o amplo conjunto de ações que serão desenvolvidas e que concretizam os compromissos assumidos pela Frente com a Psicologia brasileira, trabalharemos com eixos estratégicos de atuação que se traduzem em propostas de ações e de trabalho: a base para a definição de metas a serem atingidas.

### 2.1 VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO E LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES PARA O SEU EXERCÍCIO

Liderar o processo de ampliação do reconhecimento social da Psicologia em toda a sua diversidade implica em ações de caráter geral e outras específicas, adequadas a cada subárea e a cada contexto específico de trabalho da/o psicóloga/o.

Entre as ações gerais, destacamos:

- A. Fomentar espaços de expressão de práticas inovadoras e que ainda não possuem amplo reconhecimento, incentivando a troca de experiências e a construção de redes entre profissionais que possam desenvolver instrumentos, procedimentos e processos de intervenção em áreas de fronteira da Psicologia. Uma das iniciativas será a instituição de um prêmio anual a trabalhos de conclusão de cursos (graduação e Pós-Graduação) que contribuam de forma especial com o desenvolvimento das práticas psicológicas em diversos campos.
- B. Criar diálogos digitais e presenciais voltados para o compartilhamento de práticas e experiências profissionais em diversos campos da Psicologia, colocando em contato pesquisadoras/es e profissionais para discutirem problemas concretos que se transformam em demandas de atuação da/o psicóloga/o. A intensificação do diálogo entre quem produz conhecimento e quem o utiliza na sua prática profissional liga-se à estratégia de aprofundar a compreensão da prática profissional como indissociável dos seus fundamentos científicos.
- C. Criar também diálogos digitais e presenciais voltados para a discussão das interfaces da Psicologia com campos afins de conhecimento e práticas profissionais. A ideia de colocar juntos diferentes profissionais, pesquisadoras/es de diferentes áreas do conhecimento para discussão de questões teórico-práticas vincula-se à compreensão de que nos movemos em um campo interdisciplinar e multiprofissional, cujos problemas requerem, quase sempre, a contribuição de diferentes saberes.
- D. Potencializar a capacidade de produção de referências que ampliem a qualidade dos serviços prestados pelos profissionais da Psicologia, tanto por meio Centro de Referências em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP, cujo caráter estratégico e permanente foi deliberado no 10º CNP, quanto do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – SATEPSI. A produção de referências éticas, científicas e técnicas deve envolver contínua articulação com o FENPB, integrando o enorme esforço que o sistema de Pós-Graduação brasileiro tem desenvolvido no sentido de produzir conhecimento relevante para compreensão e intervenção na nossa realidade.
- E. Intensificar as ações da Assessoria de Imprensa, de modo que notícias e matérias sobre temas relevantes para a Psicologia sejam encaminhadas para os grandes veículos de comunicação do país, ampliando a nossa presença na mídia e a divulgação de informações nítidas e cientificamente fundamentadas.
- F. Utilizar de forma mais intensiva as redes sociais para difusão de eventos relevantes para a Psicologia, ampliando seu potencial de difundir informações e contribuir para superar importantes problemas humanos e sociais.
- G. Dar continuidade, em estreita articulação com o FENPB, à realização do Congresso Brasileiro de Psicologia, espaço mais amplo e já consolidado para a apresentação, discussão e reflexão sobre as práticas e os processos de trabalho, com o intuito de revelar a potência da Psicologia em suas diferentes contribuições para as demandas da sociedade.
- H. Ampliar as interações e as ações em parceria com as entidades da Psicologia Latino-Americana, considerando a necessidade de compartilhar estratégias que promovam o impacto social do conhecimento e das práticas da Psicologia.



- I. Ampliar o contato e as ações conjuntas com entidades dos países de língua portuguesa, formalizando acordos de cooperação e fazendo avançar a divulgação de conhecimentos científicos e tecnologias.
- J. Incentivar a organização política das/os psicólogas/os trabalhadoras/os com vínculos empregatícios, especialmente no âmbito das políticas públicas de saúde, educação e assistência social, nas questões referentes à gestão do trabalho, defendendo quadro de trabalhadoras/es qualificadas/os, em quantidade suficiente e com condições de trabalho adequadas.
- K. Ampliar o diálogo com os poderes legislativo, executivo e com os Conselhos Nacionais de controle social no que concerne às competências técnicas e éticas das intervenções das/os psicólogas/os a partir dos documentos normativos/orientadores da Psicologia.
- L. Apoiar as entidades sindicais no aprimoramento e na criação de mesas de negociação do trabalho nas três esferas de governo, assim como em todos os campos ou cenários do exercício profissional, público. Privado e terceiro setor, para que possam assegurar melhores condições de trabalho aos profissionais, relativas, dentre outras, ao salário digno, piso e jornada semanal de 30 horas de trabalho.

Ações específicas serão desenvolvidas sempre em parceria com Sociedades Científicas, profissionais e sindicais da Psicologia. Tais ações concretizam o nosso compromisso em ampliar e fortalecer o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira – FENPB. Nesse sentido, assumimos como nossos os princípios que orientam a constituição e as ações do FENPB, a saber: o compromisso com a melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira; a busca de qualificação técnica e ética no exercício profissional e na pesquisa; o diálogo igualitário visando a intervenções na Psicologia que possam ser consensuais e conjuntas e, por fim, o fortalecimento de vínculos entre a ciência e a profissão.

### **2.1.1 A Psicologia e seus múltiplos campos de atuação**

#### *Saúde*

- A. Desenvolver e participar de estratégias já instituídas socialmente de monitoramento dos poderes legislativo, executivo e judiciário, no sentido de garantir o compromisso intransigente com a manutenção do fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, da Saúde Pública, gratuita e universal, bem como os princípios da reforma psiquiátrica, contrapondo-nos veementemente a diretrizes e ações hospitalocêntricas, medicalizantes ou que hierarquizam as profissões de saúde.
- B. Defender a importância estratégica do tema da Luta Antimanicomial, combatendo os constantes ataques a seus princípios e atuar considerando a análise de que vivemos a fragilização dos espaços institucionais da Rede Substitutiva em Saúde Mental e ameaça de retrocessos inclusive legislativos, que permitem a ampliação das internações involuntárias de usuários de álcool e outras drogas.
- C. Atuar em conjunto com os movimentos sociais no controle social, e mobilizar a convocação para a Conferência Nacional de Saúde Mental, como forma de resistência aos retrocessos da saúde mental em curso.
- D. Ampliar o debate e a divulgação da Saúde Mental na Atenção Básica em Saúde, dando visibilidade aos múltiplos fazeres da Psicologia nesse contexto.
- E. Reforçar a necessidade de fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, principalmente em relação a dois pontos: a) Criação/Transformação dos serviços em 24 horas; b) implementação de leitos em Hospitais Gerais.
- F. Discutir com a categoria a questão do proibicionismo X antiproibicionismo, para que o Conselho, embasado nos avanços científicos do campo, mantenha-se inserido com qualidade no debate sobre a descriminalização, legalização e regulamentação do uso de drogas.
- G. Marcar posição contrária e denunciar qualquer forma de tratamento que viole direitos humanos, como os verificados nas chamadas Comunidades Terapêuticas - CTs, descritos e analisados no Relatório das Inspeções em CTs publicado pelo CFP em maio de 2018.
- H. Pautar e debater no âmbito da implantação da Política Nacional de atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade no Sistema Prisional – PNAISP a precária situação dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e a prática da Psicologia nestes espaços, congruente com o protagonismo do sistema conselho na luta pela reforma psiquiátrica.
- I. Seguir o monitoramento e as discussões sobre as práticas em Psicologia não reconhecidas, desenvolvendo, em debate com profissionais e pesquisadoras/es diretamente envolvidas/os, critérios e condições de reconhecimento, considerando a abertura para práticas inovadoras, desde que realizadas a partir de pressupostos éticos, científicos e técnicos. Isto inclui práticas integrativas em Saúde como, por exemplo, as terapias assistidas por animais.



### *Clínica e Psicoterapia*

- A. Em parceria com a Associação Brasileira de Psicoterapia – ABRAP, a ABEP e outras entidades do FENPB, realizar debates, seminários e outras formas de participação ampla da categoria e de todo o Sistema Conselhos, a fim de definir parâmetros para a atuação da/o psicóloga/o em contextos da clínica psicoterápica, envolvendo aspectos éticos, registro em prontuários, formação continuada, entre outros aspectos que balizam as boas práticas nesse campo.
- B. Criar estratégias de ampla divulgação, para a categoria e para a sociedade, das referências construídas, ampliando o reconhecimento das boas práticas, calcadas na ciência e na ética.
- C. Valorizar a atuação da Psicologia Clínica em suas múltiplas dimensões, reconhecendo sua pluralidade teórico-metodológica e sua riqueza de abordagens na produção de formas de cuidado. Há que se enfatizar também a importância do fortalecimento das interfaces da Psicologia Clínica com outros contextos de atenção psicológica, promovendo o diálogo e a atenção integrada.
- D. Contribuir para o avanço, no âmbito da Psicologia exercida nos consultórios, de uma compreensão crítica sobre as pessoas atendidas, aproximando avaliações e intervenções da realidade sociocultural, permitindo que as práticas clínicas ampliem a sua potência de efetivação de direitos humanos.
- E. Atuar junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, em articulação com a Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI e outras instâncias sindicais para: a) revisar e incluir procedimentos no atendimento psicológico, como atendimento em grupo, promoção de saúde, acompanhamento terapêutico, acompanhamento de doenças e agravos não transmissíveis, etc., e revisão de critérios adotados como tempo médio de consultas, interrupção do tratamento, cobrança de faltas; b) revisão dos critérios de contratação de psicólogas/os e de valores de referência para a atuação; c) não obrigatoriedade da utilização de manuais estatísticos para a atuação da/o psicóloga/o.
- F. Discutir com as entidades formadoras, em parceria com a ABEP e ABRAP, a necessidade de avanços nas estratégias de ensino no que concerne à psicoterapia, com ênfase no campo de estágio.
- G. Reconhecer e dialogar com a complexidade e pluralidade dos campos da clínica e da psicoterapia, inclusive com novas formas de atuação, como consultórios de e na rua; acompanhamento terapêutico; psicoterapia nas ruas ou em contextos externos aos de consultório; psicologia nos movimentos sociais; a fim de impulsionar avanços epistemológicos que possam atender às grandes transformações por que passa a sociedade, a diversidade de formas de viver e de socializar-se, incluindo também meios tecnológicos de comunicação a distância.

### *Trabalho e Organizações*

- A. Promover e divulgar o conhecimento científico e as tecnologias (modos e práticas emergentes de atuação) na área da Psicologia Organizacional e do Trabalho POT.
- B. Criar oportunidades de aprimoramento contínuo para as/os profissionais da POT, em parceria com a Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho – SBPOT.
- C. Apoiar a SBPOT a difundir e consolidar o modelo de competências que definem a atuação da/o Psicóloga/o na área, discutindo a possibilidade de que modelos específicos de competências de outras subáreas venham a complementar o modelo de competências básicas definido pelas novas Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação em Psicologia.
- D. Em associação com a SBPOT, desenvolver material de capacitação contínua em gestão para psicólogas/os que ocupem posição de gestores nos diferentes contextos institucionais em que isto possa ocorrer.
- E. Desenvolver, em conjunto com a SBPOT, modelo de certificação de competências profissionais específicas, a exemplo do que ocorre em inúmeros países no mundo, que possa nortear os processos de concessão do título de especialista concedido pelo Conselho Federal.
- F. Propor ao FENPB a criação do Observatório Estratégico sobre condições e relações de trabalho da/o psicóloga/o brasileira/o, que sistematizará informações sobre o mundo do trabalho, com ênfase em informações sobre a saúde mental da/o trabalhadora/r, para respaldar políticas e intervenções.
- G. Desenvolver, em parceria com a SBPOT e com a FENAPSI, indicadores de precarização do trabalho da/o psicóloga/o (desemprego, subemprego, condições indignas), criando dispositivos para mensurar e monitorar tal problema, como base para estabelecimento de políticas e planos de ação.
- H. Recuperar do projeto derivado do Centro de Referências em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP, documentos orientadores para gestoras/es de políticas públicas.





- I. Propor ao Sistema Conselhos o acompanhamento de editais de concursos públicos para o cargo de psicóloga/o, de modo a denunciar irregularidades e pressionar para que sejam assegurados requisitos e condições de trabalho dignos para as/os profissionais.
- J. Reforçar o trabalho das comissões/ núcleos/GTs de POT nos Conselhos Regionais, como estratégia de capilarização das ações voltadas para a qualificação nesse campo de atuação.

### Educação

- A. Organizar atividades que promovam a inserção da Psicologia nos debates sobre práticas e políticas territorializadas no âmbito da Educação.
- B. Valorizar formas de atuação de psicólogas/os em contextos educacionais, escolares ou não, que promovam o direito à Educação em uma perspectiva inclusiva.
- C. Ampliar o debate sobre as contribuições da Psicologia Educacional/Escolar para a efetivação da Educação Inclusiva no Brasil, destacando o enfrentamento de processos discriminatórios na escola, que ainda geram exclusões, tais como racismo, capacitismo, LGBTIfobia, discriminações em função de gênero, etc.
- D. Apoiar, em conjunto com entidades da Educação, ações de defesa da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de modo a fortalecer e qualificar o exercício profissional da Psicologia para o desenvolvimento de currículos, programas e ações que estejam em consonância com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- E. Desenvolver estratégias, em conjunto com o FENPB e com entidades da Educação, para a defesa da educação como direito social universal, e da escola pública, gratuita, laica e de qualidade social.
- F. Integrar espaços de discussão sobre contribuições da Psicologia para a formação de professores da educação básica e para a formação de professores para a educação superior em Psicologia, o que se reflete na defesa da presença de conteúdos de interface da Psicologia e educação na formação de psicólogas/os. Incentivar a interlocução entre profissionais e contribuir para o fortalecimento da identidade profissional daqueles que atuam em contextos educativos.
- G. Produzir, com o apoio das entidades profissionais e de pesquisa, um mapeamento das/os psicólogas/os que atuam em contextos educacionais formais e não formais.
- H. Acompanhar e fazer gestões políticas para que o projeto de Lei que dispõe sobre a presença de profissional de Psicologia acompanhando o desenvolvimento de estudantes nas escolas seja aprovado sem emendas que o descaracterizem.
- I. Atualizar as referências para atuação da/o psicóloga/o em contextos educacionais escolares, a partir de amplo mapeamento sobre quem são, onde estão e o que fazem as /os psicólogas/os educacionais/escolares no Brasil, como base para ampliar a troca de experiências e fortalecimento da identidade de quem atua no campo.
- J. Produção de Orientações para o Trabalho de Psicólogas/os em Contextos Educacionais Escolares e não Escolares, para avançar na divulgação de uma Psicologia comprometida com a universalização do direito à Educação com qualidade social, em nível nacional.
- K. Organizar encontros, em parcerias com entidades afins, sobre a contribuição da Psicologia com a Educação Popular, principalmente no que se refere a iniciativas de movimentos de jovens, da população negra e de movimentos da educação do campo.
- L. Em articulação com entidades do FENPB, especialmente a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia ABEP, Associação Brasileira e Psicologia Escolar/Educacional – ABRAPEE, Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento – ABPD e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia - ANPEPP, intensificar o diálogo com redes de pesquisadoras/es que produzem conhecimento psicológico relevante para a educação básica e superior, apoiando iniciativas para a disseminação de conhecimento, na forma de pesquisas, publicações e eventos.
- M. Submeter à APAF a instalação da Comissão de Psicologia na Educação – PSINAED, com o fim de favorecer a participação do CFP e conselhos regionais no debate e proposição de políticas públicas para educação; de acompanhar o trâmite de matérias de interesse da interface Psicologia-Educação no Congresso; e de contribuir para a formação crítica de profissionais de Psicologia em contextos educativos.
- N. Manter parceria com entidades do FENPB, especialmente a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia – ANPEPP, Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP, Associação Brasileira e Psicologia Escolar/Educacional – ABRAPEE – Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento – ABPD, a fim de avançar na produção de conhecimento da Psicologia relativa ao tripé desenvolvimento humano-educação-cultura, em todos os níveis e modalidades de educação, enfatizando o desenvolvimento humano e às aprendizagens no curso de vida,



compreendendo o valor de práticas psicológicas cientificamente fundamentadas, considerando temas como diferentes tempos da vida, pessoas com deficiências, diversidade étnico-racial, religiosa e de gênero, entre outras.

- O. Ampliar o debate sobre articulação entre Pós-Graduação e Graduação, promovendo e colaborando para a implementação de estratégias de melhoria da qualidade da formação de psicólogos/os e para a formação continuada de professoras/es de Psicologia.

#### *Assistência Social*

- A. Organizar atividades que permitam colocar em diálogo psicólogas/os que atuam no SUAS, buscando fortalecer as suas práticas nos diferentes níveis de proteção social, de modo a contribuir para a consolidação do reconhecimento social da Psicologia nessa política.
- B. Incidir na defesa de programas e benefícios, entre eles o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada - BPC, que garantem a renda e subsistência de famílias, demarcando posição contrária a discursos que culpabilizam as famílias por sua condição de pobreza e desemprego.
- C. Favorecer o debate e a produção de materiais para a qualificação das/os profissionais que atuam no SUAS, com vistas a dar continuidade ao processo de construção da identidade da Psicologia na Assistência Social.
- D. Produzir material que contribua para o debate da política de Assistência Social no país, com reflexão que visibilize os impactos na produção das subjetividades dos detentores de direito à assistência social.
- E. Retomar as ações de produção coletiva, democrática e participativa, de referências para a prática profissional, via Centro de Referências em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP, além de propor articulações entre o Sistema Conselhos.
- F. Participar, em parceria com a FENAPSI, ativamente da mobilização pelo cumprimento da equivalência de cargos já prevista na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH, na negociação da área da Assistência Social, que vale para a administração pública e para as entidades sociais.
- G. Estimular e apoiar a manutenção ou criação de instâncias responsáveis pela articulação das pautas sobre a atuação profissional da Psicologia na Assistência Social externa e internamente ao CFP, com articulações entre instâncias sobre a Assistência Social, Comissões de Orientação e Fiscalização – COFs, Comissões de Políticas Públicas e outras ações e instâncias do Sistema Conselhos que possam contribuir com a efetivação e a defesa do SUAS.
- H. Desenvolver constante monitoramento e articulação com os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, no sentido de garantir o compromisso intransigente com a manutenção e o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, contrapondo-se à retirada de direitos sociais, à exploração do trabalho, à repressão e à criminalização da população empobrecida.

#### *Avaliação Psicológica*

- A. Continuar o diálogo com as entidades especializadas na área (Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica – IBAP e Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos – ASBRo) para a formação da Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica e para as demandas advindas da área. Tal conduta é congruente com a assunção de uma postura ética, transparente e democrática.
- B. Investir para que a recém aprovada Especialidade em Avaliação Psicológica seja amplamente divulgada, promovendo discussões sobre a importância e a função da mesma.
- C. Sobre o porte e manuseio de arma de fogo, dialogar com IBAP e ASBRo e elaborar subsídios para a melhoria do processo de avaliação, por meio de diálogos entre as entidades e a Polícia Federal – PF (científicos, instrumentais, perfil psicológico, dentre outros temas atinentes).
- D. Continuar aprimorando o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi), entendendo-o como um sistema fundamental para a prática psi em avaliação psicológica.
- E. Como parte das ações para modernizar/atualizar o SATEPSI e as resoluções associadas, ampliar a discussão sobre abertura de testes psicológicos e revisão daquilo que se considera privativo (consulta pública elaborada com participação das entidades da área e Sistema Conselhos de Psicologia).
- F. Discutir o estabelecimento de critérios mais objetivos sobre o que seriam testes psicológicos e discutir como fazer em casos de interface entre áreas de conhecimento. Na tentativa de melhorar a qualidade e qualificar, é importante o debate sobre um possível sistema de **ranks** dos testes psicológicos (classificação), considerando a necessidade de conhecimento mais aprofundado para utilização.
- G. Fomentar a construção/adaptação de instrumentos para indivíduos cegos, surdos e com outras deficiências. Ainda, estimular a elaboração de normas de testes psicológicos considerando os



processos de desenvolvimento humano, configurações familiares, conjugalidade, sexualidade, orientação sexual, identidade de gênero, identidade étnico-racial, características das pessoas com deficiência, classe social, e intimidade como construções sociais, históricas e culturais, conforme preconiza a Resolução CFP nº 09/2018, visando a justiça e proteção dos direitos humanos na avaliação psicológica.

- H. Ampliar as discussões sobre as diferenças entre avaliação e testes psicológicos na resolução 11/2018, que trata de serviços psicológicos oferecidos com TICs.
- I. Continuar o diálogo com as/os psicólogas/os, qualificando o debate com a participação de profissionais reconhecidos nacionalmente na Psicologia e em áreas afins, para debater a avaliação psicológica para porte de arma, em concursos públicos e outros contextos. O diálogo também deve incluir o poder público. No caso de porte de arma a Polícia Federal, no contexto do trânsito, o Ministério das Cidades e Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN – Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, em concursos públicos CESPE, FUVESP, FCC, dentre outros.
- J. Dar continuidade às ações sugeridas no Ano Temático da Avaliação Psicológica, considerando que propostas de modo bastante democrático, com ampla participação de psicólogas/os de todas as regiões do Brasil e representantes das entidades da Psicologia.
- K. Reedição revisada da Cartilha de Avaliação Psicológica, ação advinda do Ano Temático da Avaliação Psicológica, como referência técnica.
- L. Construir orientações que balizem a atuação em novos contextos de avaliação psicológico, seus sentidos, desafios éticos, aportes teóricos e técnicos.

#### *Trânsito*

- A. Apoiar as ações das entidades científicas visando à formação de profissionais, a fim de que possam avançar na qualidade da prestação de serviços no campo do trânsito.
- B. Defender a importância da Avaliação Psicológica para fins de habilitação e sua realização compulsória e regular em todas as renovações.
- C. Apoiar a exigência da formação continuada, qualificação e certificação profissional constante com a participação da Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego - ABRAPSIT, visando a garantir a qualidade técnica e ética.
- D. Articular-se no campo das políticas públicas do Sistema Nacional de Trânsito para construir normativas e procedimentos que estejam alinhados entre si com a prática profissional ética e de qualidade.
- E. Fomentar pesquisa científica para indicar fenômenos psicológicos realmente relevantes para o comportamento seguro ao volante.
- F. Estabelecer diálogo com áreas afins para desenvolver programas de avaliação e reabilitação psicológica para motoristas que tiveram suspensão do direito de dirigir, Carteira Nacional de Habilitação – CNH cassadas por crimes de trânsito, nos infratores contumazes, nos motoristas com fobia para condução, nas vítimas de acidentes de trânsito e respectivos traumas.
- G. Estimular a atuação das/os psicólogas/os de tráfego em autópsia psicológica à serviço da investigação de casos de acidentes de trânsito ocasionados por suspeita de suicídio ou homicídio.
- H. Estimular a criação de comissões fixas de Mobilidade Humana e Trânsito que subsidie os Conselhos Regionais com ações para além da Avaliação Psicológica.
- I. Intermediar diálogo com o MEC, em parceria com a Associação Brasileiro de Ensino de Psicologia, para que a Psicologia do Trânsito possa estar inserida na grade curricular dos cursos de Psicologia e que a temática do trânsito seja transversal na grade curricular escolar desde os anos iniciais.
- J. Ampliar o diálogo com os diversos setores para o desenvolvimento da atuação com outros modais de mobilidade como marítimo, aéreo e aquaviário.

#### *Orientação Profissional*

- A. Discutir com a categoria sobre a importância da área na perspectiva interdisciplinar.
- B. Promover o acesso da população a uma Orientação Profissional - OP feita por psicólogas/os com qualidade técnica, ética e teórica.
- C. Fomentar a inserção das/os psicólogas, a fim de avançarmos na garantia da população a serviços de OP de qualidade, contribuindo na luta por políticas públicas em OP, seja nas políticas de Educação, Saúde ou Trabalho.
- D. Produzir referências técnicas para a área, entendendo que este ponto está diretamente relacionado à melhoria da formação em OP para psicólogas/os.



- E. Promover eventos relacionados à OP que divulguem a área para a comunidade de psicólogas/os e para a sociedade, que apropriada do que é uma boa prática em OP, pode melhor apresentar suas demandas. Tais atividades podem ser realizadas em conjunto com a Associação Brasileira de Orientação Profissional - ABOP, assim como ser protagonizadas pela ABOP, com o apoio do Sistema Conselhos.
- F. Incluir a OP sistematicamente nas publicações contínuas, como a Revista Diálogos, a Revista Ciência e Profissão, o Jornal do Federal.
- G. Debater, em conjunto com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP e a ABOP, sobre a necessidade de melhorar a formação em OP nos cursos de Psicologia, garantindo o aprofundamento teórico e técnico necessário à formação de qualidade, bem como avançando na oferta de estágios na área.
- H. Enfrentar o tema da utilização de testes no contexto específico de OP em diálogo com as entidades (ABOP, Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica – IBAP e Associação Brasileira de Associação Brasileira de Rorschach e outras Técnicas Projetivas - ASBRo, por exemplo) para avançarmos nessa questão.

#### *Justiça*

- A. Combater a hierarquização profissional no contexto da Justiça, expressa, muitas vezes, na ingerência realizada por profissionais operadores/es do Direito sobre as atribuições funcionais da/o psicóloga/o.
- B. Buscar garantir a representação do CFP no Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP e no Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP.
- C. Manter diálogo com o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais – CONDEGE e o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, na defesa de uma inserção da psicóloga/o que respeite a sua competência profissional e se guie por princípios científicos e éticos.
- D. Estabelecer diálogo com o Ministério Público, Judiciário e Defensoria Pública para a consolidação da assessoria técnica da Psicologia na área dos interesses difusos e na fiscalização e indução das políticas públicas (Saúde, Educação, Meio Ambiente, Urbanismo, Infância e Juventude, Idosa/o, etc.).
- E. Contribuir por meio de estudos, pesquisas e documentos técnicos com a formulação de políticas penais que revertam a lógica punitiva e judicializante, apoiando iniciativas que fortaleçam a mediação de conflitos como uma alternativa para a redução do encarceramento e melhoria do atendimento das/os psicólogas/os que atuam nas prisões e hospitais de custódia.
- F. Retomar o diálogo com a categoria sobre a prática do exame criminológico no âmbito do sistema prisional no que diz respeito à sua finalidade e aos princípios éticos e técnicos da profissão, principalmente diante do que podemos considerar como avaliação psicológica e perícia psicológica.
- G. Defender o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, tendo como referência a Doutrina da Proteção Integral.
- H. Promover orientação à categoria quanto ao processo de avaliação psicológica e produção de documentos escritos, a partir de uma perspectiva de direitos humanos visando combater opressões de gênero no Sistema de Justiça.
- I. Criar um grupo de trabalho envolvendo pesquisadores e profissionais da área para analisarem documentos orientadores existentes em outros países como base para construir um manual de orientação para a psicóloga/o que atua no campo da Justiça, considerando a diversidade de situações e formas de atuação existentes.

#### *Ambiental*

- A. Organizar atividades que promovam ações de engajamento da Psicologia em problemáticas socioambientais contemporâneas, resultantes dos modos hegemônicos e predatórios de relação dos seres humanos com a natureza.
- B. Posicionar criticamente a Psicologia nos debates sobre o papel dos sujeitos nas mudanças climáticas.
- C. Produzir materiais que possam apoiar a atuação qualificada da Psicologia em situações de desastres e na gestão integral de riscos.
- D. Promover o diálogo da Psicologia com áreas que se ocupam da relação pessoa-ambiente e do debate sobre a espacialização das relações sociais, tais como Geografia, Sociologia, Arquitetura e Urbanismo, Educação Ambiental.
- E. Criar canais para a troca de experiências de psicólogas/os que atuam nas políticas públicas de urbanismo, mobilidade urbana e moradia, orientadas pelo direito à cidade de diferentes grupos populacionais e geracionais.



- F. Produzir material que visibilize a importância da atuação da Psicologia nas agências ambientais e na atuação em situação de conflito ambiental.
- G. Apoiar o debate das redes de pesquisadoras/es que compreendem a problemática da relação pessoa-ambiente desde uma perspectiva transdisciplinar.
- H. Debater, junto com pesquisadoras/es e especialistas em Psicologia Ambiental e com entidades do FENPB, especialmente a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP, a formação de psicólogos/os para a atuação nas problemáticas socioambientais contemporâneas, em contextos rurais e urbanos.
- I. Manter parceria com entidades da Psicologia Ambiental para a realização de eventos que qualifiquem a atuação de psicólogos/as na área ambiental.
- J. Produzir, em associação com grupos de pesquisa, mapeamento da atuação de psicólogos/os na área ambiental e orientações para a prática profissional.

#### *Comunitária*

Consolidar o campo da Psicologia Comunitária significa dar ênfase à prevenção, justiça social, autonomia e compreensão das interações complexas sobre a vida das pessoas em seus ambientes visando provocar mudanças sociais, especialmente para pessoas que vivem processos de opressão, de desigualdade social e tem recursos e oportunidades limitadas. No entanto, possuem capacidades e potencialidades para o enfrentamento e transformação social. Propostas:

- A. Ampliar as possibilidades de trabalho em direção à justiça social e autonomia, superando barreiras nas, com e pelas comunidades.
- B. Ampliar as relações com a formação profissional em contextos urbanos e rurais.
- C. Promover debates para dar a conhecer e consolidar esse campo nas áreas profissional e acadêmica.
- D. Criar um banco de informações de projetos sociais e profissionais do campo.
- E. Analisar, investigar e intervir de forma comprometida em problemas crescentes de desigualdade social, econômica, violência, cenas de uso abusivo de drogas, falta de moradia, pobreza e outras violações de direitos universais.
- F. Fomentar o diálogo com outras/os profissionais visando aos processos de superação dessa realidade de opressão e de desigualdade social.

#### *Esporte e do Exercício*

- A. Acompanhar junto aos três poderes as discussões referentes ao Esporte e a participação da/o psicóloga/o nesse contexto.
- B. Promover e divulgar o conhecimento científico e a prática profissional da Psicologia do Esporte e do exercício.
- C. Apoiar a Associação Brasileira de Psicologia do Esporte – ABRAPESP e demais entidades que discutem a temática a difundir o conhecimento e a prática da Psicologia junto ao esporte e a atividade física.
- D. Fomentar a disseminação dos conhecimentos e práticas das diferentes regiões do país.
- E. Incentivar as discussões do tema em todo o Sistema Conselhos de Psicologia.
- F. Integrar, em parceria com o FENPB, o conhecimento da Psicologia do Esporte e do exercício aos demais saberes da Psicologia, mostrando que os diversos conhecimentos se complementam.
- G. Manter relação com outros Conselhos Profissionais, incentivando a multi e interdisciplinaridade em prol do desenvolvimento da ciência e da prática profissional.
- H. Acompanhar o desenvolvimento e a inserção das novas práticas e tecnologias no exercício profissional
- I. Incentivar, em aproximação com a ABEP, que as Instituições de Ensino Superior possam inserir componentes curriculares vinculados à Psicologia do Esporte em suas grades curriculares buscando garantir que tais componentes sejam lecionadas por Psicólogos/os.
- J. Lutar pela criação de políticas públicas que garantam o incentivo e acessibilidade às práticas do esporte e do exercício à população, em prol do desenvolvimento social e da saúde.
- K. Lutar para que o esporte e o exercício físico não sejam campo e ferramenta para qualquer violação de direitos, abuso ou violência contra o ser humano.



### *Hospitalar*

- A. Potencializar a prática profissional da/o psicóloga/o nos diversos setores das instituições hospitalares, reivindicando um dimensionamento da força de trabalho que vá além do atendimento da exigência mínima estabelecida.
- B. Apoiar, por meio das entidades representativas, as reivindicações de psicólogas/os que atuam em contextos hospitalares por condições de trabalho que assegurem maior isonomia em relação às/aos demais profissionais que integram as equipes.
- C. Defender que as instituições hospitalares assegurem condições que permitam à/ao psicóloga/o articular sua prática profissional com a necessária produção de conhecimento, especialmente nas residências como espaço de formação.

### *Neuropsicologia*

- A. Estabelecer diálogo com as entidades especializadas na área (Sociedade Brasileira de Neuropsicologia – SBnP e Instituto Brasileiro de Neuropsicologia e Comportamento – IBNeC para a proposição de uma Comissão Consultiva de Neuropsicologia que atenda às principais demandas oriundas da área, garantindo a dimensão interdisciplinar inerente ao seu exercício profissional, bem como a diversidade teórico-metodológica que a caracteriza.
- B. Promover ampla discussão, envolvendo a SBnP e o IBNeC, para o aperfeiçoamento do processo de concessão de título de especialista em Neuropsicologia.
- C. Discutir junto com as entidades representativas da Neuropsicologia e da avaliação psicológica o estabelecimento de critérios mais claros para a caracterização de testes neuropsicológicos, avançando o debate acerca das relações entre o desenvolvimento, a comercialização, a aquisição e o uso dos testes neuropsicológicos por parte de profissionais oriundos de áreas afins à Psicologia.
- D. Fomentar a integração da Neuropsicologia com outras áreas da produção do conhecimento, tais como os processos psicológicos básicos, as neurociências, a Psicologia cognitiva e a avaliação psicológica.
- E. Ampliar e fortalecer a participação de pesquisadores em Neuropsicologia na Comissão do SATEPSI.
- F. Desenvolver Cartilha específica para a prática neuropsicológica.
- G. Promover a integração entre os agentes que produzem conhecimento em Neuropsicologia e aqueles que elaboram as políticas públicas, de forma que os achados neuropsicológicos contribuam subsidiando a elaboração de políticas que garantam a melhoria das áreas da educação e saúde.
- H. Estabelecer, em parceria com ABEP, estratégias que visem estabelecer diálogo com as entidades formadoras no sentido de ampliar ou incluir a Neuropsicologia na formação de psicólogas/os;
- I. Incentivar a criação de debates em todo o Sistema Conselhos de trabalho regionais para identificar peculiaridades e promover debates locais de modo a responder às demandas de cada região.
- J. Estabelecer uma política de divulgação das práticas profissionais e produção de conhecimento no âmbito da Neuropsicologia, articulando eventos, publicações, diálogo digital e outras formas de comunicação do CFP, contribuindo para a divulgação e superação de estigmas e incompreensões dessa área de conhecimento ainda recente da psicologia.

## **2.1.2 A Psicologia e as diferentes populações**

### *Povo Negro*

A Psicologia vem sendo demandada pelo movimento negro, bem como pelos setores progressistas da sociedade, no sentido de que se produzam teorias e práticas que contribuam com a superação do racismo, do preconceito e das diferentes formas de discriminação.

Entendemos que a Psicologia tem sido sensível a essa demanda e se empenhado na construção de subsídios éticos, teóricos e práticos para o exercício profissional da categoria, pautado na direção da preservação e alinhamento com os direitos humanos. Exemplo disso é a Resolução nº 018, publicada em dezembro de 2002 pelo Conselho Federal de Psicologia. Tal Resolução inovadora estabeleceu normas de atuação para as/os psicólogas/os em relação ao preconceito e à discriminação racial. Embora o documento, por si só, já seja relevante, todo o tensionamento que produziu e tem produzido, revela-nos que há entre nós e na sociedade brasileira uma forte resistência em reconhecer a existência do racismo e de seus efeitos na constituição da subjetividade das pessoas. Entendemos que não é possível desconsiderar a existência de um imaginário nacional, construído social e historicamente, e mantido por meio de representações sociais, que impõe atributos negativos a negras e negros, enquanto reitera a presença de atributos positivos a pessoas brancas. Por isso, comprometemo-nos a:



- A. Avançar na discussão sobre o racismo institucional, debatendo sobre a contribuição de psicólogas/os que trabalham em contextos organizacionais para seu enfrentamento.
- B. Orientação para que a produção de documentos escritos da/o psicóloga/o não reproduza formas preconceitos e justifique discriminações.
- C. Manter vivo o debate sobre o tema do racismo e de suas implicações para a subjetividade e o sofrimento mental provocado pela humilhação social;
- D. Implementar e divulgar para a categoria a necessidade de produção de uma crítica às formas discursivas que acabam, pelo seu uso acrítico, naturalizando preconceitos e discriminações.

### *Mulheres e Gênero*

Somos uma categoria profissional com cerca de 90% de mulheres e vivemos em uma sociedade que discrimina e desvaloriza a vida e o trabalho da mulher. Feminicídio, violência, discriminação no trabalho, são alguns temas do cotidiano que precisamos enfrentar. A desigualdade de gênero não é um dado da natureza e a Psicologia não corrobora este estado de coisas. Por isso, propomos:

- A. Consolidar Resolução que posiciona a Psicologia em relação ao enfrentamento à violência de gênero, comprometendo o exercício profissional com a proteção e a preservação das vidas das mulheres brasileiras cis e trans.
- B. Defender a ampliação das políticas públicas de atendimento e proteção à mulher cis e trans, com maior inserção da Psicologia, ampliando espaços de intervenção com abordagem multiprofissional e intersetorial.
- C. Contribuir para a efetivação da Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340 de 7 de agosto de 2006) e da Lei n.º 13.104 – Lei do Feminicídio –, de 9 de março de 2015, por meio da divulgação de práticas cuja finalidade são o enfrentamento e a prevenção à violência contra a mulher.
- D. Ampliar e dar a conhecer o trabalho da Psicologia junto às/aos autoras/es da violência de gênero, incluindo debates sobre masculinidades e machismo, de modo a contribuir para o rompimento de padrões violentos nas relações de gênero.

### *População LGBTI*

O Brasil exhibe números alarmantes de violências contra a população LGBTI. Agrava essa situação o atual estágio de disseminação dos discursos de ódio e a discriminação relativa a essa população, inclusive nas chamadas redes sociais. A psicologia tem tido papel protagonista em defesa dessas populações, com reconhecimento da sociedade que está sempre atenta a nossos posicionamentos. Propomos:

- A. Defender as Resoluções CFP 01/99 (contra discriminação das sexualidades) e CFP 01/2018 (contra discriminação de gênero), que, por diversas vezes, têm sido atacadas de diversos modos, inclusive por processos judiciais.
- B. Promover debates e campanhas em defesa da posição da Psicologia contrária às chamadas terapias de reversão ou reorientação de gênero e sexualidade, denunciando-as como não científicas e como práticas de violência que atentam contra os direitos humanos;
- C. Sobre a população trans, atuar na defesa do acesso à educação em todos os níveis e, particularmente nos cursos de Psicologia, cuidando para que sua identidade seja respeitada e valorizada, inclusive no que diz respeito aos aspectos teórico-práticos, para que não reproduzam a discriminação e preconceito.
- D. Defender o acesso da população trans aos empregos sem o viés discriminatório que destina a essas pessoas somente alguns tipos de ocupação profissional, como cuidado para que a/o profissional de Psicologia seja uma/um agente desnaturalizadora/r desses lugares sociais restritivos e discriminatórios.

### *Pessoas com Deficiência*

Nos últimos anos, ocorreram significativas alterações no campo de debate sobre os direitos das pessoas com deficiência, com destaque para a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, conhecido também como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI. Tais transformações trazem impactos para as concepções, teorias e técnicas envolvidas na atenção às pessoas com deficiência, seja nas políticas públicas, seja nas práticas do terceiro setor ou privadas. Recentemente, tem crescido a interação das pautas dos direitos das pessoas com deficiência e a da Saúde Mental. De fato, a população usuária de saúde mental se encontra sob a égide protetiva do Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pela ONU e recepcionada pela nossa Constituição em 2009. Particularmente, a Convenção tem sido utilizada como importante ferramenta contra as internações compulsórias e involuntárias.



- A. Realização de amplo debate sobre a LBI e seus impactos na atenção às pessoas com deficiência, inclusive os usuários de saúde mental.
- B. Avançar na discussão sobre acessibilidade atitudinal e comunicacional nos serviços psicológicos, a fim de atender aos princípios da inclusão.
- C. Atendendo aos princípios do desenho universal, realizar adequações nos serviços prestados à categoria por meios físicos e por meios tecnológicos de comunicação a distância.
- D. Valorização da contribuição de psicólogas/os em contextos educacionais escolares que promovam o direito à Educação em uma perspectiva inclusiva.
- E. Discutir e problematizar o capacitismo no discurso cotidiano e dar ênfase a orientação para a produção de documentos psicológicos sem expressões capacitistas.
- F. Estabelecer amplo diálogo com profissionais que trabalham em serviços de habilitação/reabilitação de pessoas com deficiência, no sentido de sustentar e apoiar a criação de ações fundadas no compromisso da Psicologia com a inclusão das pessoas com deficiência.
- G. Garantir a confecção de Carteira de Identidade da/o psicólogo/a com identificação em Braille.
- H. Garantir que o cadastro nacional de psicólogas/os tenha o quesito auto declaração de deficiência, bem como os recursos de acessibilidade necessários.

### 2.1.3 A Psicologia e a defesa dos Direitos Humanos

#### *Psicologia e Laicidade*

Consideramos o respeito às diferenças e às liberdades de expressão de todas as formas de religiosidade, conforme garantidas na Constituição de 1988, um dever ético da/o psicóloga/o. O Código de Ética Profissional dos Psicólogos, de 2005, cita em seus dois primeiros princípios fundamentais: a necessidade de respeito à liberdade, e a eliminação de quaisquer formas de discriminação. Em seu Artigo 2º, veda à/ao psicóloga/o a indução não só de convicções religiosas, mas também de convicções filosóficas, morais, ideológicas e de orientação sexual, compreendendo a complexidade do tema, no intuito de garantir o respeito às diferenças, aos direitos humanos, bem como a afirmação dos princípios democráticos e constitucionais de um Estado laico. Nesse sentido, propomos:

- A. Realização de debates e campanhas de divulgação à sociedade afirmando que dogmas, valores e normas religiosas de comportamento não devem constituir orientação para a prática da ciência psicológica, exercida nos mais diferentes contextos.
- B. Ampla divulgação da posição de inalienável respeito a todas as religiões, afirmando a impropriedade da associação de prática religiosa pessoal da/o profissional de Psicologia com o exercício da profissão.
- C. Reafirmar que a Psicologia não corrobora discursos pretensamente científicos que consideram práticas religiosas, em si, como expressão de sintomas de distúrbios psíquicos, descontextualizando e patologizando as manifestações religiosas.

#### *Psicologia para uma Sociedade Diversa*

A Constituição Federal do Brasil afirma a igualdade de direitos, sem distinção de qualquer natureza, defendendo a promoção do bem comum, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação. Partindo dessas premissas, reconhecemos, valorizamos e defendemos a pluralidade cultural da sociedade brasileira e lutamos contra toda desigualdade que oprime nossa gente e ignora os Direitos Humanos. Propomos:

- A. Dar continuidade às campanhas nacionais de Direitos Humanos, coordenadas pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP – CNDH/CFP e pactuadas com os Conselhos Regionais, de acordo com as diretrizes do 10º. Congresso Nacional da Psicologia.

#### *Enfrentando os Processos de Medicalização e Patologização*

As forças que compõem a Frente têm uma extensa trajetória no enfrentamento a processos de medicalização e patologização da vida. A medicalização e a patologização entendidas como processos que transformam questões coletivas e sociais em características individuais de caráter orgânico, mais especificamente, em doença, em comportamentos inadequados. Atuam nesses processos fortes componentes de classe, étnico-raciais, de gênero, reforçadores de preconceitos e mantenedores do *status quo*. De modo mais amplo, podemos dizer que a medicalização e a patologização opõem-se ao Sistema Único de Saúde – SUS, na medida em que a saúde pública se organiza a partir da afirmação de que a saúde é uma construção social. Nossas propostas:

- A. Apoiar movimentos sociais que se organizam a partir do tema e se posicionam contra a medicalização e patologização da vida, da educação e da saúde.





- B. Articular com as entidades do FENPB a incorporação do tema que impactam nas áreas de atuação das entidades, como esporte, educação, Psicologia Organizacional e do Trabalho, entre outras.
- C. Fomentar a discussão do tema no Sistema Conselhos, buscando dar maior capilaridade às discussões e ações.
- D. Organizar um banco de informações de boas práticas desmedicalizantes e despatologizantes como, por exemplo, a instituição de protocolos de dispensação de medicamentos controlados pelo SUS, condicionando a processos de avaliação e acompanhamento por equipe multiprofissional.
- E. Integrar as lutas por transformações na lógica da atenção em Saúde, Educação e Justiça, visando a superar a oferta de serviços fundada em processos de culpabilização de indivíduos e/ou na predição de comportamentos criminosos.

## **2.2 DEFESA DA PSICOLOGIA COMO PROFISSAO ESTRATÉGICA PARA A SOCIEDADE**

A partir da Constituição de 1988, cresceu sobremaneira a presença da Psicologia nas políticas públicas. Nesse processo, o CFP cumpriu importante papel ao dialogar com os governos e com o Parlamento no intuito de fomentar essa presença, ao demonstrar a pertinência e o valor da contribuição da área. Hoje vivenciamos o contrafluxo dessa tendência provocado pelo desinvestimento generalizado e o desmonte de diversas políticas de saúde, como a de álcool e outras drogas, de redução de danos, antimanicomial, entre outras. Uma das consequências de tudo isso é reduzir a presença da Psicologia ou contribuir para diminuir seu protagonismo, substituindo-o, por exemplo, pelo saber médico. Diante dos retrocessos atuais, é necessária uma avaliação crítica dos poderes executivo e legislativo nas esferas federal, estadual e municipal, compreendendo seu caráter e avaliando a real possibilidade de diálogos construtivos. Ao mesmo tempo, é preciso intensificar a articulação com a sociedade como eixo principal de nossa ação, em especial, movimentos sociais e representação de usuárias/os de serviços, a fim de se criar estratégias para se minimizar retrocessos e desmontes. Assim, propomos:

- A. Articular com o sistema conselhos e outros atores como movimentos, sindicatos, controle social, demais Conselhos Profissionais e outros, no sentido de defender localmente iniciativas para manter e ampliar políticas públicas, buscando acumular forças que incidam também no debate nacional, reconhecendo, no âmbito das políticas públicas, que os entes envolvidos, municípios e estados, frequentemente demonstram posições divergentes às do governo federal.
- B. Ampliar campanhas, eventos e publicações que demarquem para a sociedade, lideranças de movimentos e gestoras/es de serviços a contribuição da Psicologia em defesa das políticas públicas.
- C. Assegurar a representação da Psicologia nos espaços de controle social, respeitando as regras democráticas de composição e participação e empenhando esforços para restituir as representações, nos casos em que houve desmonte desses dispositivos, transformando-as em espaços de crítica, denúncias e de formulação teórico prática.
- D. Com a colaboração das entidades do FENPB, acompanhar, analisar atentamente e emitir pareceres sobre os Projetos de Lei – PLs em tramitação, identificando-se os que devem ser combatidos ou apoiados. Incrementar a assessoria parlamentar, se necessário, passando a contar com consultorias especializadas.
- E. Exercer o controle social do SUAS e do SUS (particularmente em relação à saúde mental), dando especial atenção às psicólogas/os que atuam nessas políticas de grande capilaridade e alcance de territórios e populações.
- F. Apoiar propostas que favoreçam a inserção da/o psicóloga/o em uma perspectiva crítica, comprometida com processos coletivos e fundados na perspectiva da universalização de direitos sociais e humanos, frente a temas/questions que mobilizam a sociedade e a categoria, a exemplo de drogas, suicídio, educação, pessoas com deficiência, sistema prisional.

## **2.3 PSICOLOGIA FRENTE AOS GRANDES TEMAS DA SOCIEDADE**

A Psicologia ocupa um lugar estratégico na abordagem de questões que afetam a sociedade brasileira. Os conhecimentos e fazeres acumulados na área contribuem sobremaneira para a transformação da sociedade, na direção de condições dignas de vida para todos. Fenômenos como a crescente importância das mídias sociais, a multiplicação dos discursos de ódio, e a emergência de formas de subjetivação calcadas no ultraindividualismo hedonista trazem consequências para a vida social e das pessoas. Ao longo das últimas



décadas, setores progressistas da Psicologia que hoje se organizam nesta Frente têm afirmado a participação social e política como direito humano, entendendo-a como fundamental para a cooperação, a construção de valores de cidadania, democracia e a promoção da inclusão social, do reconhecimento e respeito à diferença. Para isso, propomos:

- A. Favorecer, ampliar e qualificar a presença da Psicologia nos conselhos de direitos e fóruns da sociedade, como espaços estratégicos para fortalecimento do projeto ético-político da profissão.
- B. Estimular a formação de quadros qualificados para a participação em instâncias deliberativas de controle social.
- C. Construir orientações/referências para a atuação da Psicologia nos conselhos de direito e fóruns da sociedade correlatos.
- D. Colaborar para que as/os psicólogas/os participem de audiências e consultas públicas sobre temas de interesse da categoria e de relevância na vida da sociedade, bem como estimular o surgimento e incorporar novas formas e linguagens de participação social, por meio das novas mídias e das redes sociais.
- E. Colaborar, investir e promover a formação de psicólogas/os para o exercício da cidadania ativa e participação social, estimulando a leitura crítica de seu contexto de vida comunitária, social e de trabalho.
- F. Promover a participação social, em especial de psicólogas/os, na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas;
- G. Incentivar o acesso e efetiva representatividade nos mecanismos de participação social de grupos que possam contribuir à promoção da diversidade, em todas as suas expressões: mulheres, crianças, adolescentes, jovens, idosas/os, negras/os, indígenas, comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, população LGBTIS, população em situação de rua, minorias religiosas, movimentos sociais urbanos e do campo, entre outros segmentos organizados;
- H. Dar visibilidade e construir redes de apoio a psicólogas/os que atuam junto a movimentos sociais que lutam pela defesa de direitos e por uma sociedade inclusiva, com atenção especial àqueles profissionais que enfrentam situações conflituosas.
- I. Defender a presença qualificada de psicólogas/os nas políticas públicas;
- J. Dar visibilidade à relação entre a prática da/o psicóloga/o, as políticas públicas e a defesa dos Direitos Humanos;
- K. Colaborar com as entidades do Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira – FENPB, em discussões ampliadas sobre temas como a atuação de psicólogas/os; a promoção e a proteção de direitos humanos em distintos contextos organizacionais e institucionais, com destaque para o racismo institucional, a LGBTIfobia, a discriminação das pessoas com deficiência, mulheres, etc, visando prevenir o preconceito, o sofrimento psíquico e outras implicações para a subjetividade.
- L. Seguir realizando inspeções nacionais em instituições totais, de forma a denunciar situações de violação de direitos; e divulgar à sociedade e ao estado quais são as formas éticas, legais e tecnicamente reconhecidas de atuação de psicólogas/os.
- M. Implementar e divulgar para a categoria a necessidade de produção de uma crítica às formas discursivas que ratificam preconceitos, inclusive na produção de documentos escritos.

## 2.4 DIÁLOGO COM A CATEGORIA E AMPLIAÇÃO DAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

A participação de psicólogas/os na construção dos rumos de nossa ciência e de nossa profissão é um tema fundamental para a Frente. Defendemos a importância de sua presença e do diálogo ativo em nossos congressos, Assembleias da Política, da Administração e das Finanças – APAFs, seminários e outros eventos. Ao mesmo tempo, somos sensíveis à importância das novas tecnologias para favorecer a participação virtual. Por isso nos comprometemos a desenvolver uma plataforma que combine formas presenciais e virtuais de participação em rede, englobando: inclusão digital, formação para cidadania digital, conexão com os Conselhos Regionais o CFP, *software* livre, e dados abertos tendo, como consequência, ações tais como:

- A. Mostra virtual permanente de práticas psicológicas, incluindo a Biblioteca Virtual – BV PSI, e documentos orientadores para gestoras/es de políticas públicas.
- B. Valorização dos espaços democráticos da construção da profissão e de decisão dos rumos da profissão, a exemplo dos Congressos Regionais – COREP e o Congresso Nacional – CNP, já em sua décima edição.
- C. Realização de discussões presenciais e virtuais com psicólogas/os negras/os sobre racismo institucional no contexto de nosso exercício profissional.
- D. Avanço na produção de uma plataforma que permita intercâmbios entre pares, de modo a auxiliar na organização das áreas de atuação, dos processos de trabalho desenvolvidos, etc., por meio de



conferências *on line*, postagens abertas para ampla participação e outros instrumentos que possibilitem a interação, a produção conjunta de referências e a formulação de demandas de referências para a atuação.

- E. Implementação do Observatório da Democracia do Sistema Conselhos, instância que acompanhará e tornará público o cumprimento das decisões da categoria consolidadas no CNP.

## 2.5 FORMAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Considerando o exponencial crescimento do número de instituições de ensino que oferecem a formação em Psicologia e que tal crescimento se dá, especialmente, no setor privado, há que se dar atenção crescente à qualidade da formação da/o psicóloga/o que recebe do Sistema Conselhos a autorização para o exercício profissional. Por outro lado, há um conjunto de instituições universitárias que historicamente desempenham importante papel como centros de formação e produção de conhecimento para a nossa área. Essa diversidade do campo da formação exigirá ações específicas que concretizem o nosso compromisso de, respeitando a autonomia do sistema de formação, aprofundar o diálogo com as instituições de ensino buscando contribuir para a maior qualificação da formação das/dos futuras/os psicólogas/os. Esse compromisso envolve uma estreita articulação com as duas entidades que integram o Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira – FENPB e que representam os cursos de graduação (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP) e Pós-Graduação (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia – ANPEPP) para a construção de agendas comuns.

- A. Acompanhar o processo de aprovação das novas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Psicologia (DCNs), atuando no sentido de assegurar que o documento construído pelas entidades e com ampla participação da comunidade seja respeitado pelo Conselho Nacional da Educação.
- B. Em conjunto com outras entidades planejar e implementar um estudo de abrangência nacional sobre a implantação das Diretrizes Curriculares, de modo a identificar problemas, dificuldades que possam ser objeto de ações visando a efetiva melhoria da qualidade dos cursos de graduação esperadas a partir desse marco regulatório.
- C. Desenvolver, com base em dados gerados por pesquisas sobre a formação e prática profissional da/o psicóloga/o políticas gerais de acompanhamento das atividades de estágios profissionais, buscando apoiar iniciativas que assegurem o desenvolvimento das competências básicas previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Psicologia (DCNs).
- D. Ampliar o diálogo com instituições internacionais sobre os processos de formação da/o psicóloga/o, buscando fornecer insumos atualizados sobre tendências em curso em outros países que podem ser relevantes para o desenvolvimento da formação oferecida no Brasil.
- E. Transformar todas as edições das séries Diálogos Digitais em material didático que possa ser colocado acessível aos diversos cursos de graduação da Psicologia no país, contribuindo para a melhoria da sua qualidade.
- F. Apoiar a realização de eventos regionais que congreguem alunos, docentes e instituições de ensino que busquem compartilhar experiências de formação, buscando atingir estudantes e profissionais fora das capitais, tendo em vista o intenso processo de interiorização da formação de psicólogas/os.
- G. Assegurar todas as condições necessárias para que a Revista Psicologia Ciência e Profissão continue sendo o principal periódico nacional voltado para a difusão de pesquisas sobre o exercício profissional da Psicologia, perseguindo melhoria na sua classificação no conjunto dos periódicos da Área.
- H. Construir junto com as entidades representativas das diversas área diretrizes sobre o conhecimento básico e as competências fundamentais para o exercício ético e de qualidade nos seus campos específicos, como contribuição para orientar os cursos de Pós-Graduação *lato sensu*.
- I. Apoiar iniciativas das entidades do FENPB para a sejam instituídos prêmios cujo escopo seja a valorização do exercício profissional. No âmbito da pós-graduação, dialogar e apoiar a ANPEPP para Instituir o Prêmio a ser concedido a recém egressos dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia, para dissertações e teses que trouxeram contribuições significativas para a compreensão e os avanços na prática profissional, contribuindo para gerar referências técnicas para a prática da Psicologia;
- J. Continuar apoiando o desenvolvimento da Biblioteca Virtual em Psicologia – BV-Psi, iniciativa coordenada pelo Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira – FENPB, ampliando o seu potencial de instrumento para a formação em Psicologia e a produção de conhecimento científico na Área.



- K. Realizar nova pesquisa sobre “Quem é a/o psicóloga/o brasileira/o”, atualizando o retrato do exercício profissional no país, tendo em vista a desatualização do último estudo realizado, cujos dados se referem à realidade de mais de dez anos atrás. O estudo, de forma abrangente deverá abarcar os processos de trabalho desenvolvidos, aportes teóricos e técnicos utilizados, testes psicológicos em uso, demandas reprimidas, populações assistidas, condições e relações de trabalho, salário e jornada e trabalho.